



1                   **ATA DA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                   **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3   Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h15min,  
4   por videoconferência através da plataforma Zoom, ocorreu a 106ª Reunião  
5   Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte  
6   pauta: 1. Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 30ª Reunião Extraordinária;  
7   3. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 179, de 09 de maio de  
8   2024, que altera o Anexo Único da Resolução CEHIDRO nº 171, de 09 de novembro  
9   de 2023, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
10   para o ano de 2024; • Parecer CTAF nº 01/2024. 4. Informes. A reunião foi presidida  
11   pelo Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e, assessorado  
12   pela Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos  
13   seguintes Conselheiros: Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja e Sr. Sergio Batista de  
14   Figueiredo, representantes da **SEMA**; Sr. Rogerio da Costa Arantes e Sr. Aurilneu  
15   Tizot, representantes da **SEAF**; Sra. Letícia Bertaia, representante da **SES**; Sra.  
16   Camila Bez Batti Souza, representante da **SEDEC**; Sr. Herman Menezes Cathalat  
17   Filho, representante do **CREA**; Sra. Solange Aparecida Arrolho da Silva,  
18   representante da **UNEMAT**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representante da  
19   **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sra. Bruna Moreira Dias  
20   Moura, representante da **AMM**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representantes da  
21   vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Ethiane Agnoletto, representante da vaga  
22   02 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo, representante  
23   da vaga 02 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02  
24   dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sr. Eduardo Morgan Uliana, representante da  
25   **ABRHidro**; Sra. Anny Iasmin Souza Dornelles, representante da **FAMATO**; Sra.  
26   Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita,  
27   representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Brenda Samara Barros Pereira,  
28   representante do **FONASC**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite e Sra. Selma Arruda  
29   Cordeiro, representantes do **Instituto Ação Verde**; Sra. Alessandra Panizi Souza,  
30   representante da **APROFIR**; e, Sra. Juliana Freitas de Araújo, representante da  
31   **AGEMAT**. O Presidente declara aberta a reunião e passa a conferência do quórum.





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

32 Na sequência, passa a aprovação da ata da 30ª Reunião Extraordinária do  
33 CEHIDRO. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. Após,  
34 passou-se a deliberação quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 179, de 09 de  
35 maio de 2024, que altera o Anexo Único da Resolução CEHIDRO nº 171, de 09 de  
36 novembro de 2023, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de  
37 Recursos Hídricos para o ano de 2024. Passa a palavra a presidente da Câmara  
38 Técnica de Acompanhamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTAF, a  
39 conselheira Kálita Seidel. Que passa a expor o Parecer CTAF nº 01/2024. Diz que  
40 aos 16 dias do mês de abril de 2024, os membros reuniram-se virtualmente para a  
41 11ª reunião da Câmara Técnica de Acompanhamento do Fundo Estadual de  
42 Recursos Hídricos - CTAF, com o objetivo de analisar e deliberar acerca da minuta  
43 de Resolução CEHIDRO que altera o anexo único da Resolução CEHIDRO nº 171,  
44 de 09 de novembro de 2023, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual  
45 de Recursos Hídricos para o ano de 2024. Após a apresentação e esclarecimentos  
46 feitos pela SEMA, os membros da Câmara Técnica aprovaram, por unanimidade, o  
47 encaminhamento da minuta de resolução CEHIDRO que altera o anexo único da  
48 Resolução CEHIDRO nº 171, de 09 de novembro de 2023. Dessa forma,  
49 encaminhamos a Resolução para deliberação da plenária, recomendando sua  
50 aprovação. Após, o secretário executivo fazer a leitura da minuta de resolução  
51 CEHIDRO nº 179, de 09 de maio de 2024. Explica que a princípio a reforma do  
52 laboratório seria realizada com recursos provindos de Termo de Ajustamento de  
53 Conduta – TAC, mas com a suspensão desse termo, não será possível. Assim,  
54 pensou-se em arcar os custos da reforma com os recursos do FEHIDRO. Destaca  
55 que o estado precisa cada vez mais melhorar a eficiência, os procedimentos. Então,  
56 foi em função disso que a SEMA solicitou a alteração do Plano de Aplicação do  
57 Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Aponta que o montante para a reforma do  
58 laboratório está orçado em aproximadamente 10 milhões de reais, sendo de 2  
59 milhões de reais o desembolso previsto para o ano de 2024, para o início dos  
60 trâmites do contrato. O conselheiro José Roberto pede a palavra. Diz que seria  
61 interessante os conselheiros terem acesso a planilha desse orçamento, pois se trata  
62 de bastante dinheiro. Pergunta qual é o saldo hoje do FEHIDRO. O secretário





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

63 executivo responde que não tem essa informação nesse momento, mas que pode  
64 ser informado posteriormente sem problema nenhum. A conselheira Solange  
65 Arrolho diz que seria importante falar um pouco daquilo que foi conversado na  
66 Câmara Técnica, que é justamente essas novas análises que serão feitas. Aponta  
67 que está voltando agora de São Paulo, e teve que mandar amostras para serem  
68 analisadas pela Unesp, porque não tem esse tipo de análise no Mato Grosso. Diz  
69 que por mais que tenhamos alguns Laboratórios dentro das Universidades, que são  
70 laboratórios de ponta, algumas análises não são feitas aqui. Então, é importante a  
71 ampliação desse rol de amostragem que vai ser feita, a questão de agrotóxicos, de  
72 uma série de situações que não fazemos e que muitas vezes temos que pagar, tanto  
73 as Universidades como a própria SEMA. Diz concordar com o José Roberto, que 10  
74 milhões de reais é muito, porém, tem equipamentos que custam R\$ 500.000,00, R\$  
75 800.000,00 que são equipamentos que não tem no Brasil e precisam ser  
76 importados. A conselheira Kálita Seidel destaca que, a reforma do laboratório será  
77 realizada utilizando-se os recursos disponíveis do superávit financeiro do  
78 FEHIDRO, que hoje está próximo aos 45 milhões de reais. A reforma está orçada  
79 em um total de R\$ 10.612.905,42, e para o ano de 2024 o valor do desembolso será  
80 de R\$ 2. 690.087,77. O laboratório deverá ser construído atendendo a NBR 13035  
81 – Planejamento e instalação de laboratórios para análises e controle de águas. O  
82 conselheiro Sérgio Batista, pede a palavra. Diz que gostaria de fazer alguns  
83 esclarecimentos a respeito dessa reforma e ampliação do laboratório. Aponta que  
84 o laboratório atualmente tem um campo de atuação bastante amplo no estado  
85 inteiro. Destaca que hoje temos uma rede de monitoramento de 112 estações de  
86 monitoramento de qualidade da água em todo estado e em todas as estações são  
87 feitos cerca de 30 parâmetros físicos químicos e biológicos, incluindo pesticida.  
88 Salienta que atualmente a estrutura do laboratório ela está precária. Destaca que  
89 foi o primeiro prédio construído no que hoje temos a Secretaria de Estado de Meio  
90 Ambiente. Então, é uma estrutura bastante antiga, bastante danificada e  
91 precisamos avançar. Destaca que em conversas internas, foi levantado o seguinte,  
92 que para ampliar, para atender as novas demandas, os pontos de enquadramento,  
93 a demanda das amostras dos pontos que estão sendo enquadrados nos planos de





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

94 bacia, é preciso avançar. Precisamos aumentar o número de estações de 112 para  
95 cerca de 150. Então, com a estrutura atual não é possível atender. Destaca que,  
96 como a professora Solange falou, temos que ampliar o número de parâmetros.  
97 Então, tem alguns parâmetros que não são feitos, englobando alguns agroquímicos  
98 como pesticidas, também não é feito metais pesados ainda porque a estrutura atual  
99 não permite que os trabalhadores que lá se encontram, tenham uma segurança  
100 ocupacional para poder fazer essas análises, porque algumas análises demandam  
101 manipulação de reagentes que são carcinogênicos, que são teratogênicos. Então,  
102 temos que ter um sistema de exaustão e proteção dos servidores. Assim, é preciso  
103 se adequar a norma e temos uma norma NBR já citada, que hoje não é atendida  
104 mas temos que atender. Então, a ideia é modernizar esse laboratório, adequar  
105 essas estruturas as normas atuais vigentes. Ampliar a rede de monitoramento,  
106 ampliar parâmetros e assim atender as demandas atuais e futuras para gestão de  
107 recursos hídricos. A conselheira Daniela Figueiredo, pede a palavra. Diz que  
108 trabalhou em um laboratório por 15 anos, foi a fundadora do laboratório Aquanálise,  
109 então sabe os custos de manutenção de um laboratório. Salaria que realmente  
110 esse valor não é algo tão elevado assim para atender toda a demanda do estado.  
111 Pergunta se tem previsão para acreditação do laboratório pela ISSO/IEC 17025. O  
112 conselheiro Sérgio Batista diz que tem sim, e inclusive já está em curso uma  
113 consultoria, que foi contratada por meio de TAC. Estamos agora em busca da  
114 acreditação de parâmetros mais simples, que não necessitam tanto da estrutura do  
115 laboratório. Diz que o laboratório já está participando de ensaios de proficiência,  
116 inclusive, essa semana já teve uma equipe que estava fazendo ensaio de  
117 proficiência de amostragem. O laboratório já levantou quase todos os documentos  
118 do sistema de qualidade, está sendo implantado um sistema informatizado que vai  
119 informatizar todos os boletins de análise, toda a parte do sistema. Então, temos um  
120 planejamento para até o início do segundo semestre fazer uma auditoria interna  
121 para preparar o laboratório para a questão da acreditação. Acontece que, temos  
122 que regularizar algumas questões ainda, como vigilância sanitária, algumas  
123 questões para podermos avançar com essa questão e quem sabe acreditar  
124 parâmetros mínimos mais fáceis até final do ano, início do ano que vem. Diz





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

125 acreditar que estamos avançando nessa questão da acreditação, mas a estrutura é  
126 importante porque sem estrutura não conseguiremos avançar para produtos mais  
127 complexos, como a própria DBO, porque DBO é um parâmetro muito complexo.  
128 Então, exige uma estrutura adequada senão o auditor não aprova a acreditação do  
129 laboratório da SEMA. A conselheira Daniela Figueiredo diz que realmente são duas  
130 coisas que andam juntas, sem a estrutura não se consegue. E é um passo muito  
131 importante da SEMA buscar essa acreditação. Isso é fundamental, é uma exigência  
132 hoje inclusive para poder contestar laudos, uma série de questões e realmente não  
133 é fácil, a acreditação vai exigir recursos. A conselheira Brenda Pereira pede a  
134 palavra. Diz acreditar que muitas das questões que tinha, já foram respondidas, mas  
135 acredita que é importante frisar que em que pese ter ocorrido uma explicação na  
136 Câmara Técnica e tudo mais, nem todos os presentes são membros da Câmara  
137 Técnica. Então, acredita que tem que ser colocado, enquanto padrão, o  
138 procedimento de reapresentar para a plenária, pois muitas das perguntas feitas  
139 aqui, elas seriam respondidas por uma apresentação. Diz entender que estão  
140 presentes na reunião funcionários da SEMA, que vão prestar esses  
141 esclarecimentos, mas acredita que isso tem que ser adotado enquanto padrão de  
142 conduta refazer a apresentação para plenária, mesmo que ela seja uma  
143 apresentação mais curta. Pergunta se nesses 10 milhões de reais, estamos falando  
144 de compras unicamente de equipamentos para possibilitar essas testagens, como  
145 é que é isso, o que está previsto dentro disso tudo. O secretário executivo responde  
146 que dentro desse montante temos um projeto que foi aprovado pela SINFRA, ele  
147 passou por toda a tramitação dentro do estado, passou todas as instâncias e foi  
148 aprovado em todas as instâncias, e na hora que ele chegou para ser executado não  
149 tínhamos o dinheiro, mas os recursos foram realocados. Explica que o projeto está  
150 contemplando aumento de sala, equipamentos, toda uma estrutura que possa  
151 permitir que consigamos a acreditação do laboratório. Então, se trata de um projeto  
152 customizado, que foi passado nesse valor. Esclarece que cabe aos presidentes das  
153 câmaras técnicas essa forma de estar apresentando o que foi discutido dentro da  
154 câmara técnica. Então, deixa aberto e se eles quiserem apresentar aqui novamente  
155 tudo que foi apresentado, sem problema nenhum. Salienta que a SEMA quer fazer





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

156 da melhor forma possível, pautado na forma integrada, descentralizada,  
157 participativa e trazendo a transparência como marco fundamental para que  
158 consigamos efetivar as nossas ações. O conselheiro Sérgio Batista complementa  
159 dizendo que no projeto da obra tem uma ampliação, vai ter uma obra mesmo, onde  
160 o laboratório vai dobrar de espaço e uma reforma do espaço atual. Salienta que está  
161 incluso nesse montante, o projeto arquitetônico, o projeto de combate a incêndio, o  
162 projeto paisagístico, o projeto hidráulico, o projeto elétrico, toda a questão de  
163 gerenciamento de obra, de custos do projeto em si que será pago também. Aponta  
164 que tudo isso foi submetido ao órgão que gerencia as obras públicas do estado, e  
165 que também é controlado pelo Tribunal de Contas. Então, tudo teve que passar por  
166 revisões, o projeto estava na sua terceira ou quarta revisão, até que a SINFRA  
167 chegou no patamar de aprovar. Destaca que todos esses projetos já foram  
168 aprovados e vai contemplar toda essa estrutura e mobiliário. A conselheira Brenda  
169 Pereira pergunta se os 10 milhões de reais é o custo da obra completa. Pergunta  
170 também se já está licitado, e caso aprovado pelo CEHIDRO a obra começa. O  
171 secretário executivo explica que esse valor de 10 milhões de reais é para a reforma  
172 total do laboratório. Aponta que a previsão de execução da obra é de dois a três  
173 anos, então nesse primeiro ano, de 2024, vai ser desembolsado 2 milhões e pouco  
174 de reais, mas o valor de 10 milhões de reais é para a execução do começo, meio e  
175 fim da obra do laboratório. A conselheira Ethiane Agnoletto pergunta se existe  
176 previsão de análises laboratoriais para água subterrânea. O conselheiro Sérgio  
177 Batista responde que vai ser contemplado sim. Aponta que a questão é que está  
178 acontecendo uma discussão a nível nacional sobre a análise de água subterrânea,  
179 porque houve uma mudança da forma de amostragem de água subterrâneas pela  
180 Norma NBR. Explica que agora, para fazermos uma amostragem de baixa vazão  
181 de um poço tubular, temos que fazer o desenvolvimento do poço. E essa forma de  
182 amostragem está sendo discutida, porque é uma forma de amostragem muito cara,  
183 muito problemática. Então, estamos verificando como que vai proceder essa  
184 questão, mas quando é uma amostragem mais simples, o laboratório já procede  
185 essas análises. Questões de denúncias de contaminação de água subterrânea,  
186 alguns tipos de amostras o laboratório já processa. Salienta que estão havendo





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

187 discussões internas para que após essa reforma, também se crie uma rede de  
188 monitoramento de águas subterrâneas no estado. Diz que o estado ainda não tem  
189 essa rede, mas que agora temos que discutir essa questão da rede de águas  
190 subterrâneas. Destaca que está se discutindo nacionalmente a norma NBR nova,  
191 que exige um equipamento de coleta que não tenha contato com o ar e exige uma  
192 bomba para fazer o desenvolvimento do poço. Explica que o desenvolvimento do  
193 poço, é praticamente bombear a água do poço até que se esvazie, esperar esse  
194 poço recuperar esse nível e aí se fazer a coleta. Então, às vezes uma coleta do  
195 poço pode demorar de 3 horas até 24 horas, para esperar esse desenvolvimento.  
196 Então, está sendo discutido a nível de Brasil essa questão, essa metodologia. A  
197 conselheira Kálita Seidel aponta que não consegue projetar, pois está com  
198 problema de oscilação na internet e não conseguiu acessar o seu computador, mas  
199 se os conselheiros entenderem pode passar toda a justificativa apresentada na CT,  
200 de forma oral. O conselheiro Álvaro Leite pede para colocar no drive essa  
201 justificativa, e depois todos podem acessar. O secretário executivo diz que será  
202 disponibilizado no drive. O conselheiro José Roberto pede a palavra. Diz que hoje  
203 para licenciar os poços, outorgar tudo mais, você tem que fazer uma análise de  
204 água subterrânea e se for água de rio da mesma forma. E tem que apresentar uma  
205 análise anual também, então já tem esses custos e a outra situação é que a iniciativa  
206 privada hoje está, de certa forma, organizada para atender o mercado. Então, os  
207 laboratórios aqui de Cuiabá, alguns bem estruturados para atender esse volume de  
208 investimento porque acredita ser importante a SEMA ter alguma retaguarda nisso,  
209 mas estamos passando tantas carências em outras coisas, por exemplo o  
210 levantamento hidrogeológico do estado que não começou ainda. O mapeamento  
211 hidrogeológico que estava bem avançado e não entendemos o que está  
212 acontecendo, por que não saiu do papel ainda, por que não foi licitado, pois é uma  
213 coisa importantíssima. Estamos tendo um avanço da irrigação no estado, mudanças  
214 climáticas com previsão de seca e tudo mais, que são coisas urgentes e que  
215 precisam de investimento o mais rápido possível. E tem dinheiro para investir, então  
216 precisamos compreender essa situação, esse cenário, porque tem uma carência  
217 muito grande de outras atividades importantíssimas, o próprio sistema de





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

218 licenciamento que não entendemos até hoje por que não funciona a contento, se  
219 falta investimento de pessoal, se falta investimento no sistema de software. O  
220 secretário executivo diz que em relação ao estudo hidrogeológico, infelizmente os  
221 procedimentos administrativos de governo são muito demorados em relação aos  
222 processos administrativos da iniciativa privada, porém, já estamos sim nas tratativas  
223 e nos finalmente com a parceria com o Serviço Geológico do Brasil, com o núcleo  
224 de Goiás, onde estamos tratando para eles estarem trabalhando conjuntamente  
225 com a SEMA. Quem está à frente desse projeto são os servidores Nédio, Talita e  
226 Cleciani. Aponta que o acordo de cooperação técnica entre CPRM/Serviço  
227 Geológico do Brasil e a SEMA está para ser assinado. Diz que concorda com o  
228 conselheiro, que precisamos avançar nisso mesmo. Diz que em relação se vai ou  
229 não sair verba do FEHIDRO, essa verba vai sair do Fundo sim e esperamos que  
230 ainda nesse primeiro semestre, consigamos finalizar toda a burocracia  
231 administrativa, porque se trata de um convênio, é um trabalho entre Governo do  
232 Estado e Governo Federal o que demora mais ainda, infelizmente, e não temos  
233 como fugir dessas questões administrativa. Sobre a melhoria dos sistemas, diz que  
234 eles são melhorados continuamente. Diz que a secretária Lilian falou, na última  
235 reunião do CEHIDRO, que vai ter um incremento para o setor de outorga. Que tudo  
236 indica que conseguiremos ainda agora, nesse primeiro semestre, finalizar. Aponta  
237 que o setor de outorga terá um incremento de 12 servidores, para que consigamos  
238 diminuir o máximo possível o nosso tempo de análise da outorga. Então, não que  
239 não estejamos fazendo a nossa tarefa de casa, mas infelizmente as questões  
240 administrativas extrapolam a nossa necessidade e o nosso querer, mas vamos  
241 seguir em busca de sermos o mais proativo possível. A conselheira Juliana Araújo  
242 pede a palavra. Diz que gostaria de perguntar ao Sérgio sobre a NBR que ele citou,  
243 se ela pode ser compartilhada também no Drive, pois gostaria de dar uma olhada.  
244 O conselheiro Sérgio Batista diz que pode passar o número da NBR, porque a NBR  
245 em si não pode ser passada. A conselheira Juliana Araújo diz que pode passar o  
246 número, pois possui um convênio com o CREA e eles permitem que se faça a  
247 visualização gratuitamente das NBRs. Finda as discussões, o secretário executivo  
248 coloca em votação a minuta de Resolução CEHIDRO nº 179, de 09 de maio de





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

249 2024, que altera o Anexo Único da Resolução CEHIDRO nº 171, de 09 de novembro  
250 de 2023, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
251 para o ano de 2024. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma  
252 alteração. Na sequência, passou-se ao último item de pauta, os informes. O  
253 secretário executivo informa que teve uma reunião da sala de situação acerca da  
254 situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos da região  
255 hidrográfica do Paraguai. Onde foi apresentado pelas instituições que trabalham  
256 com o clima, que poderemos ter um grande prejuízo, uma grande seca, talvez até  
257 maior do que aconteceu no ano de 2020. Então, a Agência Nacional de Águas e  
258 Saneamento Básico - ANA entrou em contato com os estados, informando que eles  
259 estarão confeccionando uma resolução que declara situação crítica de escassez  
260 quantitativa dos recursos hídricos na região hidrográfica do Paraguai, com prazo até  
261 31 de outubro de 2024, e isso impacta os estados. Diz que a SEMA está trabalhando  
262 com a ANA e precisaremos da parceria deste Conselho, caso mais para a frente  
263 tenhamos problemas de interferência de um abastecimento no outro, precisaremos  
264 sentar e definir ações, talvez de alternância, diminuição da vazão captada etc. A  
265 ANA espera isso do Governo do Estado, tanto do Mato Grosso como do Mato  
266 Grosso do Sul. Salienta que Mato Grosso não teve grandes problemas, por mais  
267 que tivemos secas nos anos anteriores, não tivemos uma interferência, como  
268 delimitar a vazão já outorgada. Esperamos que isso não aconteça, mas se  
269 porventura isso vier a acontecer, vamos precisar da parceria do CEHIDRO. Diz que  
270 a proposta de resolução apresentada traz soluções, inclusive, para o abastecimento  
271 público, que caso aconteça, poderá ter uma tarifa diferenciada, uma tarifa maior  
272 para poder estar contornando a situação. Destaca que qualquer andamento, a  
273 SEMA estará trazendo ao Conselho. Salienta que a Nota Técnica Conjunta nº  
274 3/2024/SRE/SOE/SHE/SGH/SFI – ANA, a respeito da avaliação da proposta de  
275 Declaração de Situação Crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na  
276 Região Hidrográfica do Paraguai, foi enviada aos conselheiros. A conselheira  
277 Brenda Pereira pede a palavra. Diz que na última reunião do CEHIDRO o  
278 conselheiro João Clímaco chegou a comentar a respeito do conselho aprovar um  
279 procedimento que colocasse, enquanto obrigatório, os repasses por parte dos





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

280 representantes a nível de Conselho Nacional de Recursos Hídricos e outros  
281 conselhos. Destaca que gostaria de retomar esse assunto, pois tivemos algumas  
282 discussões mas não houve uma deliberação quanto a isso. Salaria saber que o  
283 espaço de informe não é deliberativo, mas gostaria de saber se poderíamos pensar  
284 em algo com relação a isso. Diz que, obviamente, o secretário executivo faz os  
285 repasses todas as reuniões, porém acredita que tem uma questão que o pessoal se  
286 perdeu um pouco na discussão, que não é porque acontece agora que daqui a 20  
287 anos vai acontecer. Salaria que a política de recursos hídricos está aí há muito  
288 tempo e ela vai continuar por muito tempo e não podemos depender só da boa  
289 conduta da pessoa que está hoje. Então, acredita que tenhamos que adotar esse  
290 tipo de procedimento, porque o FONASC é uma organização nacional e vê em  
291 outros estados coisas escabrosas que acontecem por ausência da burocracia, por  
292 ausência de uma normativa que determina coisas básicas. Pergunta se há  
293 possibilidade de pensarmos algo ou elaborar algo nesse sentido, para uma próxima  
294 reunião do CEHIDRO. O secretário executivo responde que a secretaria estava  
295 conjecturando qual Câmara Técnica poderia ser encaminhado esse material.  
296 Solicita que a conselheira Brenda mande para a secretaria executiva essa  
297 demanda, para que a mesma seja encaminhada a uma Câmara Técnica, para que  
298 esse assunto seja discutido antes de vir para a plenária. A conselheira Brenda  
299 Pereira pergunta se além de um ofício, pode estar enviando um modelo do que seria  
300 essa normativa. O secretário executivo responde que sim. A conselheira Brenda  
301 Pereira diz que irá providenciar e enviar até a semana que vem para a secretaria. A  
302 conselheira Juliana Araújo pede a palavra. Diz que todos os conselheiros receberam  
303 no e-mail os dois e-mails com link da reunião de avaliação sobre a bacia, sobre a  
304 escassez hídrica. Diz que participou e é bem preocupante essa situação. Diz que  
305 essas informações, como o Noquelli falou, podem ser utilizadas pelas  
306 concessionárias para aumento das tarifas, para aumento e redução. Explica que o  
307 aumento da potência da bomba pode gerar várias implicações técnicas que  
308 aumentam os custos dessas concessionárias para distribuição na rede de água e é  
309 por isso que essa taxa, ela pode ser empregada ainda mais agora com essa nota  
310 técnica disponível. Então, tudo isso foi falado e está disponível, para quem quiser





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

311 também assistir integral, na página do YouTube da ANA. A conselheira Daniela  
312 Figueiredo pede a palavra. Diz que a Juliana colocou uma questão importante, e  
313 uma das coisas que está colocada na nota técnica é que não haverá  
314 comprometimento do abastecimento público. Então, em relação a tarifas não sabe  
315 se é o caso de usar isso para aumentar a tarifa da população em termos de  
316 abastecimento público, mesmo porque o que geralmente onera o tratamento é  
317 justamente a época de chuva, quando se tem muito material arrastado nas bacias,  
318 transportando sedimentos que exigem que seja usado mais produtos para o  
319 tratamento, o que não é o caso. Estaremos na época da estiagem, onde geralmente  
320 se tem uma redução na concentração de substâncias na água. Aponta que leu a  
321 nota técnica e acredita que é muito importante, mas a nota técnica deixa bem claro  
322 o perfil da ANA enquanto ligada ao Ministério de Desenvolvimento e não como era  
323 antes quando era ligada ao Ministério de Meio Ambiente. Diz que está falando  
324 porque sentiu falta, e isso é uma crítica a ANA, mas para o conselho também não  
325 perder de vista essa visão mais integrada e multidimensional da água. Diz que está  
326 falando isso porque a nota técnica centrou basicamente nas outorgas, e é claro que  
327 são importantes, obviamente, inclusive para o abastecimento público, mas quer  
328 dizer que existem outras dimensões muito importantes que poderiam ter sido  
329 mencionadas com mais ênfase e foi apenas citada muito rapidamente que é a  
330 questão do aspecto da água enquanto manutenção dos ecossistemas, do  
331 funcionamento dos ecossistemas, em particular do Pantanal. Destaca que o  
332 Pantanal é hoje um dos ecossistemas que sofre maior risco potencial de perder  
333 suas funções ecológicas, suas características enquanto planície de inundação por  
334 conta das mudanças climáticas. Salaria que o Conselho deve pensar como que  
335 isso afeta essas funções e funcionamento do ecossistema, que por conseguinte  
336 também vão afetar as atividades econômicas, as comunidades e uma série de usos  
337 da água. A conselheira Juliana Araújo explica que a respeito da tarifa, entende que  
338 o período de chuva vai ter que ter um maior tratamento em relação a água porque  
339 ela vai ficar com bastante sedimento e outras questões, mas em relação a se ter  
340 problemas e aumento de custos porque se tem um sistema de captação instalado  
341 numa determinada altura e o nível de água baixa, fica abaixo do crivo dessa bomba,





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

342 seja superficial ou subterrâneo, é necessário se aumentar a adução para o  
343 transporte dessa água e conseqüentemente também se deve aumentar a potência  
344 dessa bomba, porque vai precisar de uma bomba com maior força porque ela tem  
345 que vencer toda uma altura manométrica que envolve tanto o cotovelo, distância e  
346 altura em relação à cota topográfica. Então, isso aumenta os custos no caso e  
347 também em relação ao subterrâneo a mesma coisa muitos municípios são  
348 abastecidos por água subterrânea e se essa água ficar abaixo da bomba ou se ela  
349 ficar até abaixo do tamanho do que é o poço, as vezes o poço tem 20, 30m se essa  
350 água desce de nível subterrâneo por conta da seca, o poço pode até secar  
351 completamente. Então, se tem que tamponar e construir um poço novo em uma  
352 nova localidade e isso também é bem caro. O conselheiro José Roberto pede a  
353 palavra. Diz que a APROFIR tem um convênio com a Universidade de Viçosa, e  
354 seria importante o conselho saber como está esse convênio, porque é o primeiro  
355 convênio que ocorre a nível de estado. O governo cedendo recurso para uma  
356 associação privada, para fazer um trabalho de mapeamento da vulnerabilidade da  
357 água no estado de Mato Grosso. Salienta que a preocupação existe porque o  
358 governo depende, talvez, 70, 80% do agronegócio. Então, seria interessante se a  
359 APROFIR pudesse trazer para a plenária em que etapa está esse mapeamento,  
360 esse trabalho. Diz que seria interessante também, e inclusive falou em reuniões  
361 anteriores, que o estado de Mato Grosso hoje tem uma proliferação de perfuradores  
362 por todo o estado e tem certeza que a maioria não está trabalhando dentro da lei. E  
363 a população de modo geral desconhece a importância de fazer o devido  
364 licenciamento da perfuração dos poços. Acredita ser oportuno que a SEMA faça a  
365 divulgação, para a população em geral e os perfuradores, da lei que regula o uso  
366 do recurso hídrico no estado e que está sujeito a sanções severas, caso não seja  
367 obedecido. Por último, informa que a ABAS vai realizar em agosto/2024 um  
368 congresso, onde serão apresentados trabalhos a nível nacional e internacional  
369 voltados para questões das águas subterrâneas. Salienta que também terá uma  
370 feira, que reunirá todos os principais fabricantes de equipamentos e materiais para  
371 utilização em poços tubulares. O secretário executivo diz que sobre a APROFIR, a  
372 SEMA teve uma reunião com a equipe da Universidade Federal de Viçosa, eles





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

373 estão finalizando o projeto e assim que for encaminhado para a SEDEC, vamos ter  
374 o produto final. Diz que a SEMA pode estar solicitando a Universidade uma  
375 apresentação do produto final ao CEHIDRO. A conselheira Solange Arrolho pede a  
376 palavra. Diz que a Universidade do Estado de Mato Grosso produz muitos trabalhos  
377 de qualidade acerca de água no Mato Grosso todo. Coloca à disposição da SEMA  
378 e do CEHIDRO esses trabalhos, inclusive os do mestrado profissional em gestão e  
379 regulação de recursos hídricos. Defende que temos que conversar e unir forças  
380 enquanto estudos, pesquisas e monitoramento. Aponta que temos dois mestrados  
381 em recursos hídricos no estado de Mato Grosso, que muitas vezes não são ouvidos  
382 para a tomada de decisões. A conselheira Inês Alves pergunta se houve alteração  
383 da vazão mínima no contrato da Usina de Manso, pois acompanhou a reunião da  
384 sala de crise e ficou preocupada com esse assunto, uma vez que Manso está  
385 apenas com 60% de reserva neste mês, e é apenas início de seca. O secretário  
386 executivo responde que não tem essa informação, que quem pode ter é o pessoal  
387 do licenciamento. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo  
388 encerra a reunião às 15h18min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que  
389 será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual  
390 de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

391

392 **Alex Sandro Antônio Marega**  
393 Presidente do CEHIDRO *em substituição*

**Luiz Henrique Magalhães Noquelli**  
Secretário Executivo do CEHIDRO

